

# *SAL Alenquerense*

## SILOGEU ARTÍSTICO E LITERÁRIO DE ALENQUER



### Vultos Notáveis do Passado

TEXTO DE  
LUIZ ISMAELINO VALENTE (1)

Ao longo das pesquisas, que já duram mais de dois anos, para o meu projeto *Memorial Poético de Alenquer*, enraizou-se lentamente na minha cabeça a idéia de constituir uma entidade privada com o objetivo de promover e preservar a cultura artística e literária de Alenquer.

O projeto está em franca gestação e tenho pensado no nome que batizará essa entidade. Depois de cogitar de “academia” e de “instituto”, tenho me inclinado mais para o termo “silogeu”, que vem do grego e quer dizer “casa onde se reúnem associações literárias ou científicas”. Mas o que mais me agrada nesse termo, é que ele propicia a formação de uma sigla interessantíssima, que muito bem reflete a preocupação maior da futura entidade: *SAL Alenquerense*, isto é, o condimento que dá o sabor todo especial que teve, tem e sempre terá a cultura de Alenquer. Assim, espero que, em breve, o *SAL Alenquerense – Silogeu Artístico e Literário de Alenquer*, torne-se realidade.

Até lá, muita coisa há de ser feita: elaborar estatutos, escolher sede, marcar data e reunir adeptos para a fundação, cuidar depois dos registros legais dos papéis, pesquisar nomes de pessoas vivas para compor o colegiado e, sobretudo, coletar dados sobre os grandes vultos do passado, isto é, nomes que se destacaram no cenário cultural e no desenvolvimento de Alenquer, para *patronos* das cadeiras do novo Silogeu.

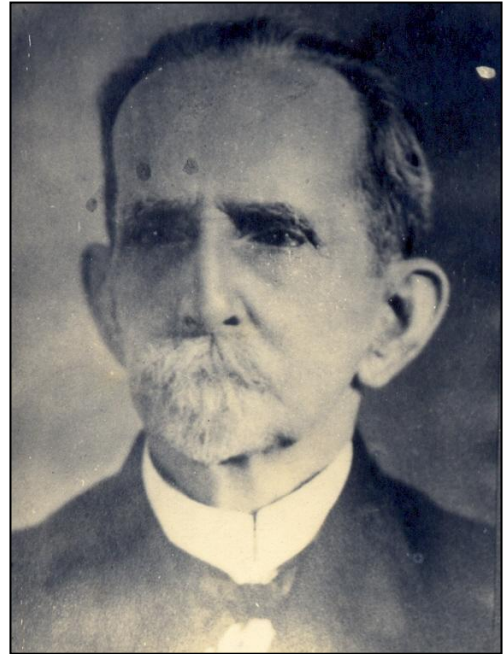
Vou começar pelo final, ou seja, pela última etapa, porque é surpreendente a quantidade de nomes ligados à cultura alenquerense e que, muito embora tenham contribuído enormemente para o seu progresso, vão caindo, pouco a pouco, no esquecimento. Para que se tenha uma idéia desse rico legado, e já se prestando aos objetivos do futuro Silogeu, destaco, abaixo, alguns nomes ilustres com lugares cativos na *Galeria de Vultos Notáveis de Alenquer do Passado* (creio que pela primeira vez reunidos no mesmo texto).



FRANCISCO GOMES DE AMORIM – Escritor, memorialista, poeta, romancista, teatrólogo. Nasceu em 13 de agosto de 1827 na pequena aldeia de pescadores A-Ver-O-Mar, na região do Minho, em Portugal. Filho de José Joaquim de Amorim e de Mariana Joaquina Bento. Com as restrições ao tráfico negreiro, impostas pela Inglaterra, por volta do segundo quartel do século XIX, Gomes de Amorim, junto com seu irmão Manuel, foi aliciado por agenciadores de mão de obra e, assim, aos dez anos, veio parar em Belém do Pará, onde foi simplesmente vendido no porto como “escravo branco” ao comerciante português

José Maria Fernandes, de quem se tornou caixeiro. Às escondidas do patrão, aprendeu a ler sozinho. O primeiro livro que leu foi a *História de Carlos Magno*, em versos de cordel. Depois, o poema *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões. Aventureiro e rebelde, foge da casa do patrão e se embrenha nas matas do Xingu. Aos treze anos, chega à então Vila de Alenquer, entre o rio Surubiú e o Lago Curumú, onde viveu dois anos. Nesta localidade, as tapuias o chamavam de “Cauçúpára Carayba Goataçara Cuapará”, que, segundo ele, significa “querido branco português caminhante sabedor”. Foi em Alenquer, segundo confessa no prefácio de seu livro *Cantos Matutinos* (Lisboa, 1858), que Gomes de Amorim “se descobriu poeta”, ao deparar-se, “dentro de um cesto forrado de folhas de bananeira brava”, na casa de uma família indígena, com alguns livros velhos, dentre os quais o poema *Camões*, de Almeida Garrett. Amorim voltou a Portugal em 1846, aos 19 anos. Amigo de Almeida Garrett (de quem se tornou o melhor biógrafo), Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Antônio Feliciano de Castilho e do brasileiro Gonçalves Dias, Gomes de Amorim não esqueceu a Amazônia, e, em especial, Alenquer, que recorda e retrata com a maior ternura em suas obras, notadamente na peça teatral *O Cedro Vermelho* (encenada no Teatro Dona Maria II em Lisboa em 1856 e publicada em formato de livro em 1874) totalmente ambientada às margens do Lago Curumú, cuja paisagem descreve com riqueza de detalhes, imortalizando, assim, na literatura universal, o aprazível recanto chimango. Gomes de Amorim morreu em Lisboa em 4 de novembro de 1891.

FULGÊNCIO FIRMINO SIMÕES - É, sem dúvida, o maior (se não o único) historiador de Alenquer. Soa irônico, pois, que não tenha deixado registrada a data do seu próprio nascimento (que deve ter ocorrido em meados da década de 1860, pois seu irmão Eloy, mais novo, nasceu em 1867). Sabe-se, com certeza, que ele é natural de Alenquer, filho de Antônio Firmino Simões e de Maria Catarina de Souza Simões. Seu genitor, além de ter sido juiz de paz de Alenquer, nomeado em 1874, ocupou a presidência da Câmara Municipal (quando esse posto equivalia ao de administrador da cidade), de 1853 até 1882, quando faleceu em pleno exercício do cargo. Fulgêncio Simões fez seus primeiros estudos em Alenquer e Belém, e, posteriormente, diplomou-se em Direito pela antiga Academia de Direito de Recife, em Pernambuco. Político de grande prestígio no Império, foi senador da Província do Pará e secretário da Assembléia Provincial, além de presidente da Província de Goiás (de 20 de outubro de 1887 a 20 de fevereiro de 1888, descontada a breve interinidade do seu vice-presidente Felicíssimo do Espírito Santo, de 3 a 6 de janeiro de 1888). Deixou a presidência da Província de Goiás para presidir a Câmara Municipal de Alenquer, cargo no qual se encontrava quando adveio a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Permaneceu nesse posto até à dissolução da Câmara, pelo Decreto nº 107, de 15 de março de 1890, mas logo assumiu a presidência do Conselho de Intendência de Alenquer, criado pelo Decreto nº 108, de 7 de abril de 1890, permanecendo no cargo até 1891. Além disso, Fulgêncio Simões foi senador da Província do Pará, Chefe de Polícia, Procurador-Geral do Estado, Consultor Jurídico de Terras e Viação e Procurador-Geral do Tesouro Público. Fulgêncio Simões foi o principal idealizador do Grupo Escolar de Alenquer, criado pelo Decreto nº 722, de 1º de julho de 1899, e instalado em 1º de setembro do mesmo ano, no governo de Paes de Carvalho. Pelo Decreto nº 820, de 10 de fevereiro de 1900, do mesmo governador, esse Grupo recebeu o nome de “Fulgêncio Simões”, que se conserva até hoje. Fulgêncio é autor da obra jurídica *Regime Municipal* (?) e do precioso



livro *Município de Alenquer – Seu desenvolvimento moral e material e seu futuro – Estudos históricos e geográficos* (Belém: Livraria Loyola, 1908). Casado com Olympia Burlamaqui Simões, deixou apenas um filho, Amadeu Burlamaqui Simões, que, por coincidência, governava Alenquer, como prefeito nomeado no Estado Novo, quando Fulgêncio Simões faleceu, em (?) de agosto de 1942, em idade provecta.

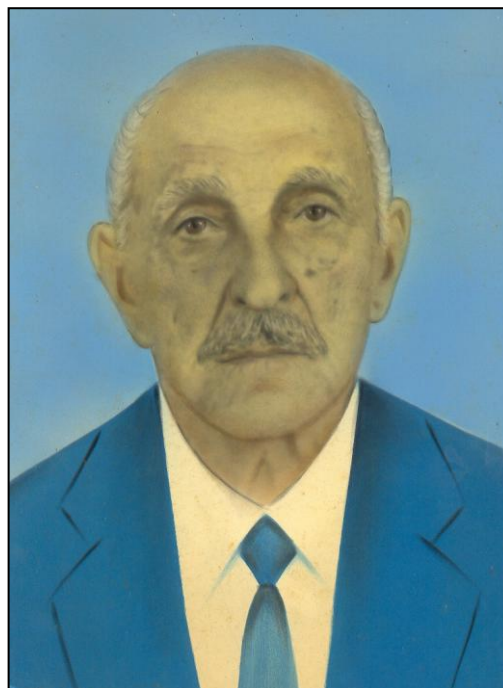
ELOY DE SOUZA SIMÕES – Magistrado. Nasceu em Alenquer em 1º de dezembro de 1867. Filho de Antônio Firmino Simões e dona Maria Catarina de Souza Simões. Fez os primeiros estudos em Alenquer e em Belém, Como o irmão mais velho Fulgêncio, bacharelou-se pela antiga Faculdade de Direito de Recife, recebendo o grau de advogado em 14 de maio de 1891. Na escola pernambucana, Eloy adquiriu sólida cultura humanista. Nomeado promotor público de Alenquer em 27 de junho de 1891, foi, logo depois, nomeado juiz substituto da comarca, e, em 12 de novembro de 1895, tornou-se juiz de Direito titular. Durante onze anos, Eloy Simões exerceu a judicatura em Alenquer. A seu pedido, foi removido, em 5 de fevereiro de 1906, para a comarca de Óbidos, e, daí, para a de Santarém, de onde foi promovido para a 4ª Vara de Belém, por ato de 3 de junho de 1910. Licenciando-se da magistratura, Eloy Simões exerceu a Chefia da Polícia, nomeado, em 22 de março de 1911, pelo governador João Antônio Luís Coelho. Logo Voltou ao Judiciário, ascendendo ao desembargo do Tribunal de Justiça em 2 de outubro de 1912. Ao assistir à uma “ferra de gado”, numa das fazendas da família, em Alenquer, sofreu um trágico acidente, do qual jamais se recuperou. Faleceu, em 16 de julho de 1917, no Hospital Dom Luiz I, em Belém. Casado com dona Otávia Burlamaqui Simões, Eloy teve uma prole numerosa: um filho, também chamado Eloy, e nove filhas – Alba, Carmina, Inah, Arsionoé, Eunice, Olga, Délia e Conceição. Suas ultimas palavras, no leito da morte, foi para o irmão mais velho: – “Fulgêncio, toma conta de tuas sobrinhas!” Em Alenquer, leva seu nome a principal praça da cidade, em frente ao Palacete Municipal, sede da Prefeitura, numa justa homenagem ao único alenquerense a integrar o Tribunal de Justiça do Pará até os dias de hoje.





BELLARMINO BENTES DE SOUZA – Coronel da Guarda Nacional. Terceiro Intendente de Alenquer eleito no período republicano. Governou de 15 de novembro de 1894 a 15 de novembro de 1897. Sucedeu a João Possidônio Martins, que, por sua vez, sucedera a Eugênio Nunes da Costa Marques, o primeiro Intendente da era republicana, falecido no exercício do cargo. Segundo seu bisneto, o escritor amazonense Márcio de Souza (autor, dentre outras obras, de *Galvez – O Imperador do Acre*), Bellarmino Bentes teria sido também juiz em Alenquer.

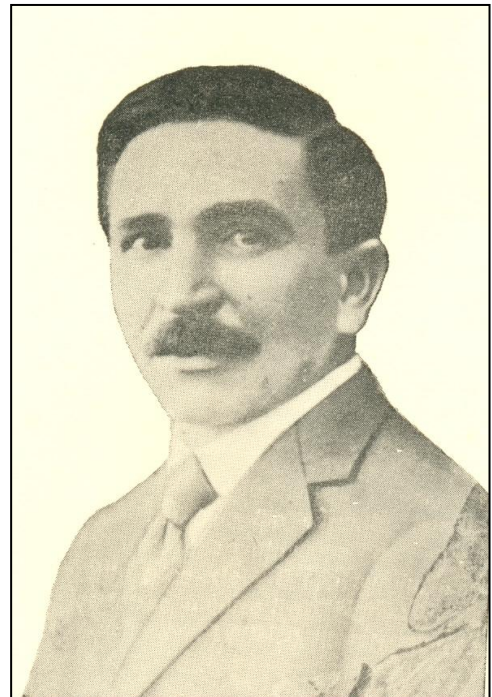
THEODOZIO BAPTISTA BENTES VALENTE (DUDU) – Memorialista, orador e político. Nasceu em Alenquer, em 11 de setembro de 1876. Filho de Geraldo Baptista Valente e Júlia Teodolina Bentes Valente. Neto, pelo lado paterno, de Hermenegildo D'Assumpção Valente (um dos líderes da Cabanagem em Alenquer, preso na fazenda Taxí, atual Livramento, no quarteirão Cuipéua, depois de resistir, na Ilha do Bloqueio, aos legalistas, pelos quais foi assassinado na prisão, em Santarém). Orador e memorialista, Dudu Valente comprazia-se em narrar minúcias da história de Alenquer, embalando-se na



rede atada ao canto da sala de visita de sua casa à Travessa Santo Antônio. Exerceu vários mandatos de vereador. Secretário municipal, escreveu longos memoriais defendendo os interesses de Alenquer nas questões de limites, contestados em ocasiões diversas, com Óbidos e Monte Alegre. Na manhã de 3 de novembro de 1930, os colonos, liderados por João Guilherme da Silva, Luiz Honorato, Manoel Marcelino Bezerra, Bertoldo Negreiro Leitão e os irmãos José, Pedro e Francisco Alves Farias, em nome da Revolução já vitoriosa em todo o Brasil,

depuseram o Intendente Arnaldo Pereira de Moraes, e Dudu Valente, juntamente com Luiz da Mota Siqueira e o médico Edgar Bentes Rodrigues, integrou a Junta Governativa que, sob a presidência do último, governou Alenquer por poucas horas (posto que, na noite do mesmo dia, chegou a Alenquer o Tenente Éfren Roland, comandante do Batalhão de Artilharia da Costa, sediado em Óbidos, que empossou na Intendência o tenente-farmacêutico Ezequiel Diniz Mescouto). Dudu Valente casou-se com Otilia Duarte Valente, com quem teve doze filhos: Geraldo, Onesífora (Nezi), Moacyr Urbano, Maria de Nazaré (natimorta), Aurélio, Joaquim Santana, José Rafael, Júlio, Zara de Jesus, Júlia Lagoína, Maria de Nazaré (assim batizada em homenagem à natimorta) e Neli Yone. Faleceu em Alenquer, em 23 de novembro de 1970, aos 94 anos de idade.

ALFREDO ANÍBAL LADISLAU – Promotor, juiz, contista e romancista. Nasceu na cidade de Guaramiranga-CE, em 6 de novembro de 1882. Filho de João Coriolano Ladislau e de Teresa de Jesus Ladislau. Órfão aos 9 anos de idade, teve como preceptor seu padrinho, o Padre Leornes Menescal, que orientou seus primeiros estudos. Mudou-se para o Pará em 1898, aos 16 anos de idade. Aqui, trabalhou na fábrica de gelo do engenheiro Francisco Bolonha e diplomou-se pela antiga Academia de Direito, em 8 de dezembro de 1908, na mesma turma de Augusto Rangel de Borborema, Remígio Fernandez, Antonino Mello, Zacarias Mártires e outros do mesmo naipe. Exerceu o cargo de promotor público em cidades do baixo Amazonas e, posteriormente, o de juiz de Direito em Alenquer e Santarém. Intelectual de sólida formação humanista, é autor de *Cenas da Vida Paraense* (contos, 1904), do *Código Civil Brasileiro Aplicado por Tribunais e Juízes da República* (1921) e de *Terra Imatura* (publicado em 1923). Este último, um clássico da literatura amazônica, foi escrito em Alenquer, em 1921, quando Alfredo Ladislau exercia o cargo de juiz da comarca, conforme o insuspeito testemunho de seu filho Orlando Antônio no

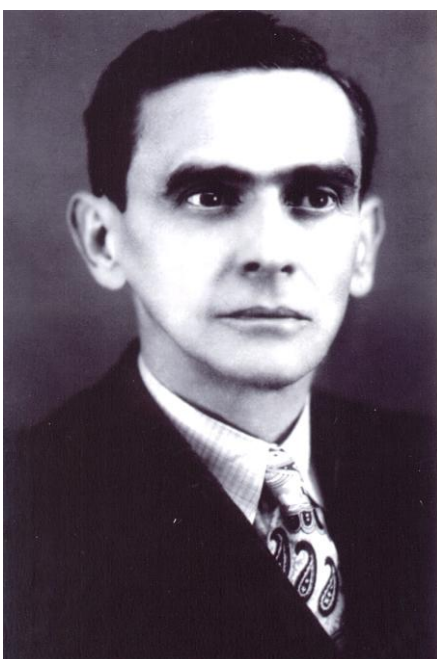


soneto *Avistando Alenquer*. Em *Terra Imatura*, “num estilo ao mesmo tempo lapidar e enérgico, de sonoro apuro vernacular”, como escreveu Clóvis de Moraes Rego, Ladislau expôs, “diante dos olhos dos críticos da época, quadros admiráveis de uma Amazônia selvagem, com páginas vibrantes da vivência, das lutas e dos anseios do homem no seu *habitat*, ao lado de outras, não menos intensas de expressão, reconstituindo velhas lendas ou de reflexão amarga ou exaltada sobre a realidade da vida e dos mistérios nas regiões do grande rio.” Ladislau casou-se em 26 de novembro de 1914 com a santarena Maria Madalena Sarmento, filha do prócer político mocoorongó Moraes Sarmento. Desse consórcio nasceram os filhos Orlando Antônio, Maria Odeyse e Carícia Helena. No auge da sua maturidade intelectual, Alfredo Ladislau foi acometido de grave infortúnio, que o levou a isolar-se voluntariamente da família e dos amigos, vindo a falecer em 22 de novembro de 1934, aos 52 anos de idade. É patrono da Cadeira no 3 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

OSCAR DE PAULA GUIMARAENS – Médico, jornalista, músico, orador e poeta. Nasceu em Belém em 30 de julho de 1884. Estudou as primeiras letras no colégio Ateneu Paraense, do professor Bertoldo Nunes, matriculando-se depois no Ginásio Paes de Carvalho. Iniciou o curso médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas logo se transferiu para a Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1910, apresentando, nessa ocasião, uma brilhante e inovadora tese de graduação, que intitulou – *Uma nova idéia sobre a Vida e a Morte*. Depois de diplomado, Oscar de Paula Guimaraens, oriundo de família abastada de Belém, exerceu, por algum tempo, as clínicas obstétrica e ginecológica na Santa Casa de Misericórdia do Pará, foi inspetor sanitário do Município de Belém e diretor do Serviço Sanitário do Paraná, mas logo preferiu exercer sua profissão na pequenina Alenquer, no Baixo Amazonas, onde seu irmão Edgard Guimaraens era o tabelião do 1º Ofício. De Paula Guimaraens – como se assinava o notável médico e



escritor – foi um grande orador e registrou a sua oratória no volume *Discursos Acadêmicos* (1912, edição esgotada). Em 1915, lançou um livro de versos – *Poemas Simples* (edição igualmente esgotada). Deixou, inéditos, os livros, também de poesias, *Nimbos e Folhas*, *Penumbra* e *Flor da Carne*, além de *Contos Crebos* (impressões e fatos), cujos originais não chegaram aos nossos dias. Ateu e materialista convicto – para quem a religião era “a invencionice maior do gênero humano para apascentar os incautos, os tímidos e os vencidos” –, De Paula Guimaraens, que, segundo o testemunho dos que o conheceram, era dono de uma personalidade fascinante, legou-nos um precioso resumo do seu vasto conhecimento científico e filosófico na obra *Verdades que eu sinto (Oposições, idéias e sínteses)*, editada no Rio de Janeiro, poucos meses antes do seu falecimento em Alenquer, onde seu prematuro encontro com a morte deu-se em 23 de dezembro de 1929, aos 45 anos de idade. No dístico de abertura do seu livro famoso, escreveu: – “Nihil novum. Eu creio somente naquilo que, com os meus sentidos serenos, perscruto; mas, compensadoramente, respeito tudo quanto, por negligência, ignoro.” Segundo J. Eustáquio de Azevedo, em sua *Literatura Paraense* – “Os jornais e revistas do Pará, Bahia e Rio de Janeiro guardam farta colaboração de Oscar de Paula Guimaraens, em crônicas de arte, artigos críticos e filosóficos, poesias, etc.” Em Alenquer, seu nome batizava a Escola Municipal do Surubiú-açu.



ALCIDES GENTIL – Advogado, escritor, filósofo, jornalista, orador, poeta e polemista. Nasceu em Alenquer em 23 de agosto de 1891. Filho mais velho do coronel Joaquim Caetano Viana Gentil (descendente de portugueses e espanhóis) e de Emília Benvinda Pereira Gentil (seu nome de solteira era Emília Benvinda Pizza Pereira, a indicar sua origem italiana pelo lado materno). Estudou no Ginásio Paes de Carvalho, em Belém, e no Colégio São Vicente de Paula, em Petrópolis-RJ. Cursou até o 3º ano de Medicina, mas transferiu-se para o curso de Direito e colou grau em 1917. Iniciou a carreira como

promotor público em Óbidos. Em Belém, exerceu os cargos de advogado

da Prefeitura Municipal e de professor (de Português, na Escola Normal, e de Filosofia, no Ginásio Paes de Carvalho). Fez parte da redação do jornal *A Folha do Norte*. Primeiro alenquerense a integrar a Academia Paraense de Letras, ocupou a Cadeira nº 22, que tem como patrono o escritor João Pedro de Figueiredo. No início da década de 1940, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi promotor público (cargo que logo deixou, em protesto à perseguição que a polícia de Getúlio Vargas fazia aos centros espíritas) e lecionou Sociologia, na Escola Normal do antigo Distrito Federal (cátedra conquistada por concurso), e Economia Política, no Colégio Pedro II. Aposentou-se em 1961 como advogado do Estado da Guanabara. Publicou diversos livros, dentre os quais – *As Semrazões da Inconsciência* (1918); *Que é a Sociologia?* (1930); *Estética da Língua Portuguesa* (1931) e *As Idéias de Alberto Torres* (1932) – esta, a sua obra mais comentada, que sintetiza o pensamento do filósofo brasileiro Alberto Torres, do qual foi amigo e fiel discípulo. Casou em 14 de agosto de 1918 com a alenquerense Humbertina Lopes Gentil, com quem teve um só filho, Joaquim Caetano Gentil Netto. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1963, pouco antes de completar 72 anos de idade. Seu corpo está inumado no Cemitério São João Batista, naquela cidade. Em Alenquer, seu nome batizava a Escola Municipal da Boca Nova.

VERIDIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA CORRÊA – Educadora. Provavelmente, não nasceu em Alenquer. Entrou para a história da cidade ao ser nomeada regente da segunda escola feminina, criada em fevereiro de 1892. Chegou a Alenquer em 16 de maio desse ano e instalou a nova escola em 17 do mesmo mês, como informa o historiador Fulgêncio Simões. Ao chegar a Alenquer, a professora Veridiana Rodrigues de Oliveira (seu nome de solteira), acabou aqui assentando raízes ao casar-se com o ourives Alfredo de Souza Corrêa, passando a se assinar Veridiana Rodrigues de Oliveira Corrêa. Com a reforma do ensino encetada no governo de Paes de Carvalho, e a criação do Grupo Escolar de Alenquer pelo Decreto nº 722, de 10 de julho de 1899, Veridiana Corrêa foi nomeada, pela Portaria de 20 de



agosto desse mesmo ano, professora do curso complementar do sexo feminino no referido Grupo. Na sessão solene de instalação do Grupo Escolar, realizada em 1º de setembro de 1899, por alguma razão não se fez presente o professor José Procópio Corrêa Pinto, adredemente nomeado para o cargo de diretor. Em conseqüência dessa ausência, o presidente da cerimônia, inspetor do ensino escolar bacharel José Burlamaqui, empossou, nessa mesma solenidade, em caráter interino, no cargo de diretora do Grupo, a professora Veridiana Rodrigues de Oliveira Corrêa, que veio a se tornar, assim, a primeira diretora do Grupo Escolar de Alenquer, mais tarde batizado oficialmente com o nome de “Fulgêncio Simões”, permanecendo no cargo por vários anos.

FAVILLA GENTIL – Compositor e poeta.

Irmão mais novo de Alcides, Favilla era o penúltimo filho do casal Joaquim Caetano Viana Gentil e Emília Benvinda Pereira Gentil. Favilla nasceu em Belém, em 28 de outubro de 1898. Tinha a mesma inteligência privilegiada do irmão Alcides, mas, ao contrário deste, não fez nenhum curso de nível superior. Preferiu permanecer em Alenquer, onde seu pai era o Coletor de Rendas, cargo no qual, mais tarde, Favilla sucedeu ao seu genitor. Casou-se, em primeiras núpcias, com Maria Augusta Nogueira Gentil, a *Mariá*, com a qual teve o filho Pelaio Zênio Gentil (que nasceu no sítio de Favilla na Praia da Saudade, no Lago Curumú). *Mariá* faleceu durante o parto do segundo filho, Roberto, que também morreu nessa ocasião. Viúvo, Favilla casou-se, em segundas núpcias, com Zara de Jesus Valente Gentil, com quem teve numerosa prole: Roberto (em homenagem ao segundo filho de Favilla com *Mariá*), Maria Augusta (também tratada por *Mariá*, em homenagem à primeira esposa do poeta), Hildete, Rivaldo, Helena, Danilo Itabaracy, Samaritana, Heleno de Moema e Antônio Heleninho (Lilito). Deixando a Coletoria de Rendas de Alenquer, Favilla mudou-se na década de 1950 com a família para Macapá e, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde faleceu em (?) de julho de 1967, antes de completar os 69 anos de idade. Favilla Gentil foi poeta inspirado, compositor refinado



de inúmeras canções e seresteiro inveterado. É de sua autoria um dos hinos de Alenquer – *Ximanga Encantada*, que dedilhava ao violão e entoava com sua poderosa voz de barítono.



RAYMUNDO PERES – Jornalista e poeta. Nasceu em 14 de abril de 1902, em Alenquer, e morreu em Belém, em 2 de junho de 1926, aos 24 anos de idade. Alenquer nem teve tempo de conhecer o seu maior poeta. Estudou em Belém, onde trabalhou como repórter de *A Província do Pará*. Não deixou obra definitiva, mas seus versos, de grande aceitação na

crítica dos seus contemporâneos, foram esparsamente publicados em revistas e jornais. A revista *Pará Ilustrado*, em sua edição de 4 de fevereiro de 1939, destacou a importância da obra poética de Raymundo Peres, influenciada pela estesia de Raul de Leôni, Aníbal Teófilo e Mário Pederneiras. Pertenceu, também, à colméia da Associação dos Novos do Pará. Dele ficou conhecida uma coletânea de quinze poemas, organizada e ilustrada, num álbum que virou relíquia, por seu amigo Guttemberg Senna (grande artista alenquerense, companheiro de infortúnio de Raymundo Peres: o primeiro foi vitimado pela tuberculose e o segundo pela hanseníase, doenças incuráveis naqueles tempos). Guttemberg dedicou esse álbum a Anayde Peres, irmã do poeta, em 31 de dezembro de 1926, dois dias antes de se completarem os sete meses do seu falecimento. Os poemas de Raymundo Peres, com desenhos de Guttemberg no citado álbum (que integrava o acervo da biblioteca de Aldo Arrais) trazem os títulos de *Dourada Legenda*, *Ao Nascer do Luar*, *Sob o Meu Punhal*, *Soledade*, *Prece de Natal*, *Alma de Sonhador*, *In Memoriam*, *Porque Parei na Estrada*, *Novos Amores*, *Nossa Senhora de Nazareth*, *A Uma Mulher*, *Freira*, *Soneto* e *Saudades de Ida*. Esses poemas foram escritos quando o poeta contava entre dezoito e vinte anos. Sua produção, daí até sua morte, em 1926, é desconhecida. Terá sua lira silenciado antes dele próprio sucumbir à tuberculose? Além dos poemas coletados por Guttemberg, encontramos na edição nº 20, de 7 de setembro de 1922, do jornal *O Município*, editado em Alenquer por José da Silva Nunes, o poema *Pavilhão do Brasil*, uma homenagem de Raymundo Peres ao 1º Centenário da Proclamação da Independência do Brasil, que então se comemorava (Não há foto disponível do poeta).

AMADEU BURLAMAQUI SIMÕES – Agrimensor e político. Nasceu em Alenquer. Filho único do historiador Fulgêncio Firmino Simões e de Olympia Burlamaqui Simões. Seguiu os passos paternos como político e historiador. Formado em agrimensura, chefiou o Serviço de Estatística e Terras da Prefeitura de Alenquer no governo do coronel Francisco Bentes Monteiro, ao qual sucedeu, já como prefeito nomeado pelo Estado Novo. Governou Alenquer de 1938 a 1943. É autor dos *Apontamentos sobre o Município de Alenquer* (Belém: Tipografia da União Espírita Paraense, 1937), uma preciosa atualização do livro famoso do seu pai publicado em 1908. Por coincidência, Amadeu Simões governava Alenquer quando Fulgêncio Simões faleceu, em (?) agosto de 1942.



JOÃO TITO ALVES DE SOUZA – Maestro. Nasceu em Santarém, em 4 de janeiro de 1910. Quinto filho de Joaquim Pedro de Souza e Raimunda Alves de Souza. Ainda menino, aprendeu as primeiras noções de música em Santarém, na famosa escola do professor José Agostinho da Fonseca (pai de Wilson Dias da Fonseca, o maestro *Isoca*, do qual João foi colega de turma, tornando-se ambos amigos e parceiros nos primeiros ensaios musicais). Com onze anos, seus pais mudaram-se para Alenquer, onde concluiu o curso primário no Grupo Escolar “Fulgêncio Simões”. Não podendo continuar as aulas de

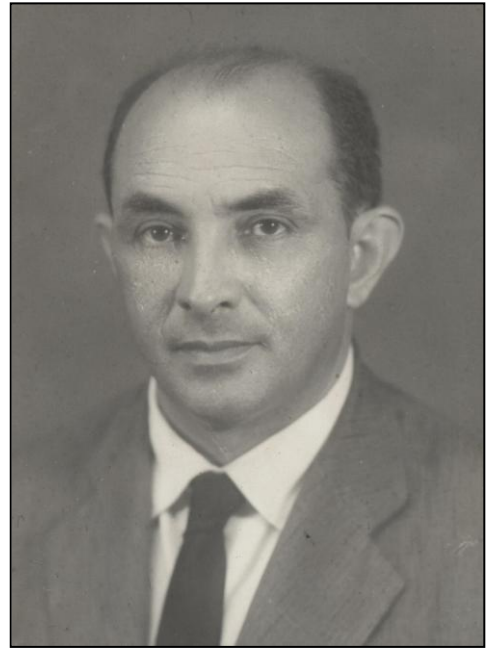
música em Santarém, continuou o aprendizado por conta própria em Alenquer. Seus primeiros instrumentos foram a gaita e o acordeom. Aos 18 anos de idade, conheceu o professor Gratuliano Barbosa Melo, o mestre Grato, que, em 1928, assumiu a direção da Escola de Música e da *Banda Municipal* de Alenquer, em substituição ao maestro sargento

Orestes Ribeiro. Mestre Grato, percebendo o talento musical de João Tito, carinhosamente chamado pelos amigos de *João Caçador*, convidou-o para tocar clarinete e saxofone na *Banda*, da qual faziam parte, dentre outros, o próprio mestre Grato (clarinete) e uma plêiade de chimangos: José Bentes Monteiro (trombone), Generalino Simões, o *General* (bombardino e contrabaixo), Aníbal Barile, o *Atico* (clarinete), Aristóteles Barile, o *Arico* (piston), Moacir Urbano Valente (clarinete), José Rafael Valente (clarinete), Antônio Simões (violoncelo), Antônio Cardoso Monteiro (flauta), Ary Bentes Monteiro (requinta), além dos filhos do mestre Grato, Hortêncio e Gratinho Barbosa de Melo (na bateria e percussão). João Tito compôs lindas música desde os vinte anos de idade e suas composições ainda fazem sucesso até hoje nas serestas chimangas. Dentre suas canções destacam-se: *Estela*, *Maria Aparecida*, *Largo da Matriz* (com letra de Benedicto Monteiro), *Luanda*, *Malandro Malvado*, *Último Adeus*, *Lourdes*, *Centenário da Saudade* (com letra de Antônio Aldo Arrais) e o *Hino do Centenário da Paróquia de Alenquer* (com letra de Luiz Ismaelino Valente). Com o declínio da Escola e da *Banda* a partir de 1942, quando mestre Grato mudou-se com a família para Afuá, João Tito transformou sua casa em escola de música. Um pouco antes, em 28 de junho de 1941, casara-se com Narciza Batista de Souza, a *Nará* ou *Narazinha*, com quem teve oito filhos: Vivaldo (falecido), Elivaldo (médico), Tito Lys (engenheiro agrônomo), Edimar (engenheiro civil), Edney Antônio (engenheiro eletricitista), Maria Doracy (enfermeira), Francisco Doriney (engenheiro agrônomo) e Maria Liracy (enfermeira), todos nascidos em Alenquer. Com a mudança da família para Belém, em 1964, em razão da continuidade dos estudos dos filhos, João Tito permaneceu em Alenquer, vindo a manter um relacionamento com Nazaré Corrêa, com quem teve mais três filhos: Maria Luecy, Pedro Edivaldo e Maria Suely, aos quais reconheceu legalmente a paternidade. Em Alenquer, João Tito foi agente da antigo SNAPP (o serviço de navegação da Amazônia), e, por dois mandatos, foi eleito vereador. Exerceu ainda o cargo de tabelião do 1º Ofício, e, a partir de 1976, o de suplente de juiz, que ocupou, muitas vezes respondendo interinamente pela comarca, à falta de juiz togado, até 1980, quando o Tribunal de Justiça o aposentou compulsoriamente por ter completado setenta anos. João Tito faleceu em Belém, em 6 de agosto de 1991, com 81 anos de idade. Em Alenquer, seu nome batiza a praça em frente à cidade, bem ao lado do antigo Trapiche Municipal (hoje, Terminal Hidroviário).

JANARY GENTIL NUNES – Militar e político. Nasceu em Alenquer em 1º de junho de 1912. Filho de Joaquim Ascendino Monteiro Nunes e Laurieta Gentil Nunes (esta, irmã de Alcides e Favilla Gentil). Após os cursos primários e secundários, ingressou na Escola Militar de Realengo-RJ e fez carreira no Exército até passar para a reserva remunerada, em 1952, como Tenente-Coronel. Durante a II Guerra Mundial, foi Oficial de Ligação com as tropas norte-americanas acantonadas em Belém. Janary Gentil Nunes era Capitão do Exército quando foi nomeado por Getúlio Vargas primeiro governador do então criado Território Federal do Amapá (desmembrado do Estado do Pará), que instalou e administrou por cerca de doze anos (de 27 de dezembro de 1943 a 3 de março de 1949 e de 8 de dezembro de 1949 a 3 de fevereiro de 1956). No Amapá, escolas e prédios públicos levam seu nome, assim como a estrada BR-156, que liga o Laranjal do Jarí ao Oiapoque. Presidiu a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A) de 3 de fevereiro de 1956 a 8 de dezembro de 1958. Em 1960, foi embaixador e plenipotenciário do Brasil na Turquia. Exerceu o cargo de deputado federal pelo Amapá, eleito em 1962 e reeleito em 1966. Na Câmara Federal, foi vice-presidente da Comissão de Orçamento, membro das Comissões de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira e intransigente defensor da valorização da Amazônia. É autor das regras para a feitura da Bandeira Nacional, defendidas no livro *A Bandeira do Brasil* (editado pela Biblioteca do Exército em 1939) e consubstanciadas no Decreto nº 4.545, de 21 de julho de 1942. Na iniciativa privada, presidiu, no antigo Estado da Guanabara, a Denison – Companhia Brasileira de Eletrônicos (Zenith do Brasil). Casou-se, em primeiras núpcias, com Iracema Carvão Nunes, com quem teve dois filhos: Iracema Nunes Marx (casada com Geraldo Luiz Marx) e Janary Carvão Nunes. Em segunda núpcias, casou-se com sua cunhada Alice Déa Carvão Nunes, com quem teve mais dois filhos: Guicará Carvão Nunes e Rudá Carvão Nunes. Faleceu no Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1984, aos 72 anos de idade. Alenquer ainda deve ao seu ilustre filho Janary Nunes uma justa homenagem.



JOSÉ RAPHAEL BAPTISTA VALENTE – Comerciante, fazendeiro, político e poeta. Nasceu em Alenquer, em 24 de outubro de 1912. Filho de Theodozio Baptista Bentes Valente e Otilia Duarte Valente. Assinava-se apenas José Rafael Valente (modernizando a grafia do segundo nome e abandonando o sobrenome Baptista). Político atuante em Alenquer, desde a redemocratização do país, em 1945, até sua morte nos anos noventa. Fez apenas o curso primário. Autodidata e leitor compulsivo de livros, adquiriu boa cultura geral. Músico, tocava clarinete e solava belas valsas ao violão. Estudou na Escola de Música e integrou a *Banda Municipal*, sob as regências dos maestros Orestes Ribeiro (até 1928) e Gratuliano Barbosa Melo, o mestre Grato (até 1942). Na mocidade, trabalhou como tipógrafo em Alenquer e no serviço administrativo do projeto seringueiro de Henry Ford, em Fordlândia. Depois, foi fiscal de rendas municipais nas gestões do coronel Francisco Bentes Monteiro e do agrimensor Amadeu Burlamaqui Simões e oficial de gabinete do prefeito Edgar Bentes Rodrigues. Estudioso das leis (conhecia profundamente o Código Eleitoral), e, como seu pai, orador fluente, foi adjunto de promotor público de Alenquer, nomeado, primeiro interinamente, pelo Decreto de 28 de fevereiro de 1951, e depois, em caráter efetivo, pelo Decreto de 8 de junho de 1956, ambos do governador Alexandre Zacharias de Assumpção. À falta de promotor público togado na comarca, respondeu durante vários anos pela promotoria pública, trabalhando com juízes como Roberto Freire, Delival Nobre e Almir de Lima Pereira. Notabilizou-se, graças ao dom da oratória, por sua atuação no Tribunal do Júri. Ferrenho *anti-baratista*, José Valente foi exonerado do cargo de adjunto de promotor em 1957, quando Magalhães Barata voltou ao governo. Foi reintegrado ao cargo, por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em mandado de segurança impetrado pelo advogado Alarico Barata. No mesmo *Diário Oficial* que publicou sua reintegração, Barata fez publicar a remoção “ex-officio” de José Valente para a comarca de Itupiranga, no Sul do Pará. Não querendo deixar sua terra, José Valente deixou passar em branco o prazo para assumir suas funções em Itupiranga e o general



Barata demitiu o desafeto por “abandono” do cargo. Paralelamente, José Valente dedicou-se à pecuária (fazendas *Cajual* e *Boa Vista*, no Cucuí ou Castanhal Grande, e *Livramento*, no Cuipéua) e ao comércio (*Casa São José*, na antiga Rua 1º de Maio, ao depois Rua Coaracy Nunes). Exerceu o cargo de prefeito municipal eleito por dois mandatos (de 31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963 e de 17 de fevereiro de 1967 a 28 de outubro de 1969). Suas gestões foram marcadas por obras duradouras (como o calçamento, em concreto de cimento com 20cm de espessura, de toda extensão da Rua Lauro Sodré e a construção do Grupo Escolar “Joaquim Valente”) e por seus avançados projetos educacionais, dentre os quais a realização de curso profissionalizante de corte e costura para as meretrizes da cidade. Em 1969, recebeu o *Sino de Berlim* (conferido a gestores municipais que se destacavam na educação) das mãos do embaixador da Alemanha no Brasil, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben (que, em junho de 1970, durante a Copa do Mundo, foi seqüestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária e pela Aliança Libertadora Nacional, em troca da libertação de presos políticos). Casou-se em 25 de maio de 1935 com Isolina D’Assumpção Lopes Valente, com quem teve onze filhos (sem contar um aborto, que seria o décimo segundo): José Azaury (bancário, gerente do Banco da Amazônia S/A, vereador e presidente da Câmara Municipal de Alenquer), Maria Ivanilde (professora e bacharela em Direito), Maria Regina (falecida com poucos dias de nascida), Manoel (também falecido com poucos dias de nascido), Maria Zaíde (contabilista e pedagoga), Antônio Janary (engenheiro agrônomo), Sebastião (falecido com pouco mais de um mês de vida), Luiz Ismaelino (procurador de Justiça e advogado), Francisco Flaiury (médico, várias vezes Venerável da Loja Maçônica de Alenquer), Maria Iza (professora normalista e bancária) e Gilvandro Ubiracy (médico e prefeito de Alenquer). Em terreno havido por herança por sua mulher, em frente à Praça da Bandeira, José Valente construiu o casarão de sua família (onde nasceu a maioria dos seus filhos) com recursos obtidos no auge da comercialização do couro de jacaré, o que, então, era uma atividade legal. Casou-se, em segundas núpcias, com Cilene Garcia, tendo mais três filhos: Silvana, Zaiana e Teodósio. Escreveu panfletos e versos de *cordel* (em que registra as lutas político-partidárias do seu tempo, como em *Alma de Panthera*, uma crítica mordaz ao prefeito Aricyne Joaquim de Andrade que mandara desligar a luz elétrica durante o velório de um adversário político; *O Papa-Rato*, descrevendo as

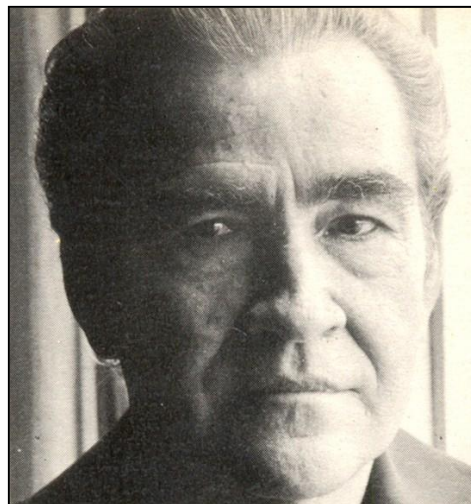
peripécias de um prefeito que queria exterminar os ratos da cidade por decreto; *A História do Trapaceiro que Iludiu Toda a Cidade*, denunciando as artimanhas de um candidato a prefeito, e *O Traço do João Sem-Braço*, em que conta as deliciosas trapalhadas de personagens conhecidos da cidade durante uma convenção partidária), bem como versos esparsos, dedicados à primeira esposa e aos filhos do primeiro matrimônio, ou sobre o drama dos ribeirinhos nas *enchentes* dos rios Surubiú e Curuá. Dono de invejável saúde, faleceu, entretanto, em 27 de outubro de 1996, três dias após completar 84 anos de idade, vítima de câncer intestinal com metástase renal.



COARACY GENTIL MONTEIRO NUNES – Advogado e político. Filho de Joaquim Ascendino Monteiro Nunes e Laurieta Gentil Nunes. Um ano e meio mais novo que o seu irmão Janary, nasceu em Alenquer em 2 de outubro de 1913. Fez seus estudos primários em Óbidos e no Colégio Marista em Belém, onde concluiu também o secundário. Ingressou na Faculdade de Direito de Belém do Pará, mas recebeu o grau de bacharel em Direito, em 5 de dezembro de 1942, pela Faculdade de Direito de Recife. Em 19 de dezembro de 1957, diplomou-se pela Escola Superior de Guerra, com a tese sobre a *Organização dos Estados Americanos*. Funcionário de carreira do antigo IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes), serviu nas delegacias desse instituto em Belém, Rio de Janeiro e Recife. Em 25 de janeiro de 1944, no governo de Janary Gentil Nunes, foi o representante do Território Federal do Amapá no Rio de Janeiro, então sede do governo federal. Em 1946, foi eleito deputado federal, representando o Território do Amapá. Reelegeu-se em 1950 e em 1954, sempre pela legenda do Partido Social Democrático. Na Câmara Federal, integrou as Comissões de Valorização da Amazônia, de Constituição e Justiça, de Economia, de Legislação Social e de Tomada de Contas e manteve intensa atividade legislativa, apresentando numerosos projetos de lei de interesse do Amapá e da Amazônia. Foi um “desbravador dos caminhos tortuosos da burocracia”, “um paladino das causas públicas” e “seu horizonte não se restringia apenas ao Amapá”, ganhando “destaque de nível nacional” e ficando mesmo conhecido como “o deputado da Amazônia”, conforme escreveu o jornalista Edgar Rodrigues em seu *blog* na *internet*. Casou-se com Carmen da Rocha

Nunes, com quem teve sete filhos: Coaracy (filho), Carmency, Cláudio, Joaquim Ascendino, Yara, Moema e Maria das Graças. Coaracy Nunes estava no auge do seu prestígio político, no último ano do seu terceiro mandato legislativo, quando a tragédia o retirou do convívio de seus familiares e amigos. No dia 20 de janeiro de 1958, aproveitando os festejos de São Sebastião, Coaracy esteve na Vila do Carmo, interior de Macapá, na região do rio Macacoarí, a convite de seus correligionários, com os quais discutiu problemas comuns à vida local (instalação de escola e posto médico, formação de pastagens, introdução de reprodutores para melhoria do plantel local, financiamentos de instrumentos agrícolas, etc.). Na manhã de 21 de janeiro, conquanto o tempo estivesse bastante nublado, Coaracy, em companhia do seu suplente na Câmara Federal, Hildemar Pimentel Maia (ex-promotor público), levantou vôo, rumo à localidade de Porto Grande, na mesma região, no avião “teco-teco”, conhecido por *Carioquinha*, sob o comando do piloto Hamilton Henrique da Silva. O *Carioquinha* era um avião pequeno e leve e Hamilton, um piloto muito experiente, relutara em fazer a viagem, pois a região do rio Macacoarí é sujeita a neblina e ventos fortes ao amanhecer. Poucos minutos após a decolagem, o pequeno avião caiu na mata fechada, incendiando-se e matando carbonizados seus três ocupantes. Os corpos, resgatados da fuselagem depois de intensas buscas, foram todos transportados para Macapá. No dia 23 de janeiro, levado por avião da Cruzeiro do Sul, os restos mortais de Coaracy Nunes chegaram ao Rio de Janeiro, onde, depois de velado no Palácio Tiradentes, então sede do Congresso Nacional, foi sepultado, no dia seguinte, no cemitério São João Batista. Várias homenagens foram prestadas ao grande alenquerense. Em Belém, uma praça leva o seu nome. Em Macapá, o seu busto se encontra num pedestal em frente ao abrigo de passageiros do aeroporto internacional, e o seu nome também batiza um Grupo Escolar, uma avenida e a hidrelétrica do Paredão. Em Alenquer, sua memória não podia deixar de ser cultuada e, por isso, a antiga Rua 1º de Maio (outrora Siqueira Campos) foi rebatizada com o nome de Coaracy Nunes. Político carismático, Coaracy Nunes estava preparado para suceder ao irmão Janary no governo do Território do Amapá, papel que acabou vindo a ser desempenhado pelo irmão mais novo de ambos, Pauxy Gentil Nunes (nascido em Breves-PA), que assumiu o governo em meio à comoção pela morte de Coaracy. (Foto de Coaracy Nunes não disponível).

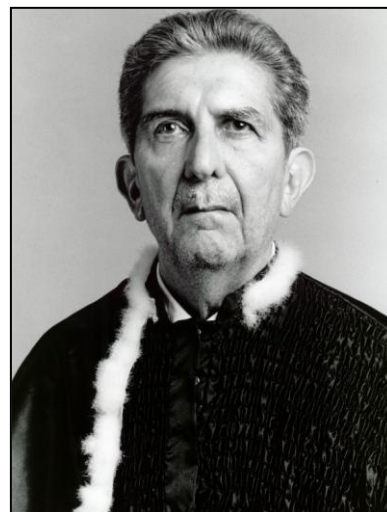
BENEDICTO WILFREDO MONTEIRO – Contista, historiador, poeta, romancista e político. É fora de dúvida que o nome mais importante que Alenquer deu à cultura amazônica foi o de Benedicto Monteiro. Filho de Ludgero Burlamaqui Monteiro e de dona Heribertina Batista Monteiro. Era neto, por parte de pai, do coronel Josino Cardoso Monteiro (que foi Intendente de Alenquer, de 11 de novembro de 1900 a 15 de novembro de 1903). Benedicto Monteiro nasceu em Alenquer no dia 29 de fevereiro de 1924, um ano bissexto, e, por esse motivo, seu pai o registrou como tendo nascido em 1º de março, para “não ter que comemorar aniversários só de quatro em quatro anos”. Esse fato, aliás, é um indicativo “de sua admirável personalidade multifacetada e de sua natureza ambivalente e transgressora”, como diz sua filha Wanda Monteiro. Estudou no Colégio Marista de Belém e cursou Direito na Universidade do Rio de Janeiro, onde, aos 21 anos de idade, estreou na literatura com o livro de poesias *Bandeira Branca*, em 1945, prefaciado por Dalcídio Jurandir. A literatura quase perdeu o “Dr. Bené” – como era chamado em Alenquer –, para a atividade política. Casou-se, na capela de São Benedito, na localidade de Pacoval, antigo quilombo na região do rio Curuá, no interior de Alenquer, com Wanda Marques Monteiro, com quem teve cinco filhos: Aldanery, Ana Luíza, Wanda Benedicta, Benedicto Wilfredo e Dulce Inez. Exerceu os cargos de promotor público e pretor em Alenquer, muitas vezes respondendo pelo cargo de juiz de Direito, à falta de magistrado togado na comarca. Depois, Benedicto Monteiro foi eleito vereador, e, logo em seguida, deputado estadual, sempre pelo Partido Trabalhista Brasileiro, passando a integrar o secretariado do governador Aurélio Corrêa do Carmo, chefiando a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), com forte atuação ao longo da estrada Belém-Brasília. Quando eclodiu o movimento militar de 31 de março de 1964, Benedicto Monteiro foi *caçado*, acusado de ser “comunista”, pelos militares, que o perseguiram e prenderam na região de castanhais do rio Curuá, em Alenquer, onde buscara refúgio. Para humilhá-lo, numa inominável afronta à dignidade do preso, os militares fizeram-no desembarcar em Belém descalço e algemado a um dos integrantes de sua escolta armada, como um



“perigoso subversivo”. Antes, porém, seus pares na Assembléia Legislativa, subservientes do novo regime, *cassaram* o seu mandato de deputado, num caricato e sumário processo em que não lhe deram a menor chance de defesa. Banido da vida pública, Benedicto Monteiro enfrentou as agruras de humilhantes e longos processos nas Auditorias Militares. Com os direitos políticos suspensos por dez anos e boicotado no exercício da profissão de advogado, Benedicto Monteiro passou por sérias privações materiais. Com extraordinária força de vontade, superou a adversidade, aproveitando o período de ostracismo para retomar a literatura interrompida desde 1945. Assim, deu a lume, em 1972, o romance *Verde Vagomundo*, que se tornou um dos clássicos da literatura amazônica, ombreado ao *Coronel Sangrado*, de Inglês de Sousa, *Terra Imatura*, de Alfredo Ladislau, e *Chove nos Campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir. Desde então, publicou inúmeras títulos: *O Minossauro* (1975), *A Terceira Margem* (1983), *O Carro dos Milagres* (1983) – que, com o *Verde Vagomundo*, formam o que ele chamou de “tetralogia amazônica” –, e mais: *Aquele Um* (1985), *O Cancioneiro de Dalcídio* (1985), *Maria de Todos os Rios* (1993), *Discurso Sobre a Corda* (1994), *Como se faz um Guerrilheiro* (1995), *A Poesia do Texto* (1999), *A Terceira Dimensão da Mulher* (2002), *Ecologia e Amazônia – Idéias sobre a educação ecológica* (2004) e *História do Pará* (2006). Em 1982 Benedicto Monteiro ainda voltou à vida pública, exercendo o cargo de Procurador-Geral do Estado no primeiro governo de Jäder Fontenelle Barbalho, ocasião em que organizou a Defensoria Pública e lançou o livro *Direito Agrário*, que aborda a questão fundiária no Pará. Em 1986, elegeu-se deputado federal, pelo Partido Democrático Trabalhista, o PDT (sigla formada por Leonel de Moura Brizola depois que a Justiça Eleitoral garantiu a velha sigla do PTB à deputada Ivette Vargas, sobrinha de Getúlio). Participou ativamente da Assembléia Nacional Constituinte e foi um dos subscritores da Constituição de 5 de outubro de 1988, a “Constituição Cidadã” (assim denominada por Ulysses Guimarães), que selou a redemocratização do país após o longo período da ditadura militar. Benedicto Monteiro foi o segundo alenquerense a integrar a Academia Paraense de Letras, ocupando a cadeira nº 20, que tem como patrono o obidense Herculano Marcos Inglês de Sousa. Faleceu em Belém, em 15 de junho de 2008, no Hospital Porto Dias, vítima de câncer, poucos dias após o lançamento do seu último livro – *O Homem Rio – A Saga de Miguel dos Santos Prazeres* – este, o verdadeiro

*alter ego* do escritor e poeta, cujas cinzas, por expressa manifestação de sua última vontade, voltaram gloriosamente, tal como o seu principal personagem, aos leitos dos rios do Pará. Pela Lei estadual nº 7.260, de 21 de abril de 2009, o “Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia”, em Belém, passou a denominar-se “Hangar Benedicto Monteiro – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia”. Alenquer, por sua vez, prestou a Benedicto Monteiro justíssima homenagem, dando seu nome à primeira rua da cidade (antiga Avenida Getúlio Vargas, mais conhecida pelos alenquerenses como *Rua da Frente* ou *Rodafrente*), que liga a entrada do Trapiche Municipal (hoje Terminal Hidroviário) ao porto da veneranda Virgília Albuquerque).

OCTAVIO PROENÇA DE MORAES – Advogado e procurador de Justiça. Nasceu em Belém, em 5 de junho de 1929. Filho de Arnaldo Pereira de Moraes e Flávia Proença de Moraes. Seu pai foi Intendente Municipal de Alenquer (governou de 15 de novembro de 1921 a 15 de julho de 1925 e de 28 de fevereiro de 1928 a 3 de novembro de 1930). Fez seus estudos em Belém, diplomando-se pela antiga Faculdade de Direito do Largo da Trindade. Na gestão do prefeito Oscar Ferreira de Araújo, exerceu os cargos de advogado da Prefeitura de Alenquer (de 31 de março de 1954 a 22 de junho de 1955) e de Secretário municipal (de 23 de junho de 1955). Por decreto de 11 de agosto de 1958, do governador general Magalhães Barata, Octávio Moraes foi nomeado promotor público substituto de Alenquer, passando a titular por Decreto de 08 de janeiro de 1959. Foi colocado à disposição da Procuradoria-Geral do Estado em Belém (que, na época, correspondia à Chefia do Ministério Público), de 31 de março de 1960 a 30 de junho de 1964, quando voltou a exercer o cargo de promotor público em Alenquer. Pelo Decreto governamental de 05 de março de 1971, foi promovido para o cargo de 7º promotor público de Belém, e, pelo Decreto de 27 de janeiro de 1983, foi promovido para o cargo de procurador de Justiça. Exerceu, por várias vezes, em substituição, o cargo de Secretário-Geral do Ministério Público, e, por designação do Procurador-Geral de Justiça, após eleição de lista tríplice pelo Colégio de



Procuradores de Justiça, exerceu o cargo de Corregedor-Geral do Ministério com mandato de 01 de janeiro de 1985 a 31 de dezembro de 1986, sendo reconduzido ao mesmo cargo para o mandato de 01 de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 1988. Exerceu suas funções de procurador de Justiça tanto na esfera cível como na esfera penal, junto às Câmaras Isoladas e às Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado. Octávio Proença de Moraes casou-se com a amazonense Rita Dora Marques de Moraes (em solteira, Rita Dora Emauz Marques), em 23 de outubro de 1952 (dia do 24º aniversário da noiva), e com ela teve cinco filhos: Eneida Maria (pedagoga), Henrique Antônio (oficial de Justiça em Belém), Octávio (funcionário do Ministério Público em Belém), Leila Maria (como o pai, procuradora de Justiça) e Mauro Marques de Moraes (promotor de Justiça em Santarém). Faleceu no hospital do UNICOR, em Belém, no exercício do cargo de procurador de Justiça, em 21 de março de 1999, pouco antes de completar 70 anos de idade. O Ministério Público do Estado do Pará homenageou o ex-procurador de Justiça e ex-Corregedor-Geral batizando com o seu nome o plenário de reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça no terceiro andar do seu edifício-sede, à Rua João Diogo nº 70, em Belém.

ANTÔNIO ALDO ARRAIS BATISTA TORRES DE CASTRO – Advogado, político, cronista e poeta. Nasceu em Alenquer em 21 de outubro de 1930. Filho de Aníbal Arrais Torres de Castro e de Hilma Batista de Castro. Estudou no Colégio Nossa Senhora do Carmo em Belém, onde foi diretor da UESP (União dos Estudantes Secundaristas do Pará). Com a morte do pai, interrompeu seus estudos e retornou a Alenquer para ajudar sua mãe na criação e educação dos irmãos mais novos. Vereador, presidiu a Câmara Municipal de 31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963.



Nas eleições de outubro de 1962, elegeu-se prefeito, tomando posse em 31 de janeiro de 1963, sucedendo ao prefeito José Rafael Valente, porém não concluiu o mandato: sua fama de “comunista” (por ter viajado anteriormente à países da “Cortina de Ferro”, em companhia do governador Aurélio do Carmo, de Hélio Gueiros e do seu primo

Benedicto Monteiro), rendeu-lhe a prisão em Belém, onde se encontrava quando se deu o levante militar de 31 de março de 1964, e, em Alenquer, a cassação do seu mandato, orquestrada pelos edis do Partido Social Democrático. Alguns meses após, recuperou a liberdade e foi reintegrado no cargo de prefeito por ninguém menos que o “duro” coronel José Lopes de Oliveira (o *Peixe-Agulha*), um dos líderes do movimento militar no Pará. Aldo Arrais preferiu, entretanto, renunciar ao mandato em 11 de junho de 1964. Rábula, numa época em que Alenquer era carente de advogados formados, militou longamente na comarca, passando a ter, como *provisionado* inscrito na OAB/PA, os mesmos direitos e deveres dos advogados, de acordo com a Lei nº 7.346, de 22 de julho de 1985. Grande tribuno, orador de voz tonitruante e mestre do improvisado, Aldo Arrais foi contista, cronista, polemista e poeta. Nunca reuniu em livro sua prolífica produção literária, mas publicou seus contos, crônicas e poesias em jornais paraenses e conquistou menções honrosas em diversos concursos nacionais de poesia. Usava o pseudônimo de *Ariú Sorubá*, que, segundo ele, significa “cantor nativo”. Seus poemas têm um forte componente ecológico, como em *Garças Negras*, *Funeral Amazônico*, *Inferno Rubro*, *Ecologia de Luto*, *Garça Negra Moribunda*, *Ponta do Sol*, e, também, cristalizam belas e inesquecíveis cenas da vida alenquerense, como em *Árvore Metálica*, *Pai Lago*, *Puruí*, *Paisagem Ximanga* e *Aningal*. Contista, deixou escritos, embora sem publicá-los, os livros de contos *Intranqüilidade* e *Pacoval*. Com suas trovas (que ele chamava *trovoaldas*) compôs crônicas políticas mordazes, que não raro abalaram antigas e sólidas amizades. É autor do *Hino do Centenário* (de 1981, com música do maestro João Tito Alves de Souza). Seu filho mais velho, Aldo Aníbal Lopes Arrais, reuniu, numa bela edição, 123 poemas do pai, sob o título *Transamazônicos – Topografia Lírica de Alenquer – Poemas de Aldo Arrais* (Brasília: Projeção Editorial, 2005). Pelo conjunto da sua obra, Aldo Arrais pode muito bem ser considerado o Cronista da Cidade de Alenquer ou o Príncipe dos Poetas Alenquerenses. Era casado com Jacinta Lopes Arrais, com quem teve seis filhos: Lygia Maria, Aldo Aníbal, José Omar, Hilma, Alda e Paulo. Faleceu em Brasília, depois de longa e pertinaz luta contra o câncer, em 27 de junho de 1997, aos 67 anos de idade.



A galeria dos alenquerenses ilustres, que tanto contribuíram para o engrandecimento cultural de Alenquer, não se exaure, é óbvio, com as personalidades acima elencadas.

Muitos outros personagens da nossa história merecem e precisam ser cultuados, tais como (aqui exemplificativamente arrolados em ordem alfabética):

– Antônio Duarte de Brito, Antônio Ladislau Bentes Monteiro, Antônio Onésimo de Araújo, Arnaldo Pereira de Moraes, Benedito Alves, Benedito Mota, Benedito Peres, Colombiano Marvão, Edgar Guimaraens, Francisco Bentes Monteiro, Francisco Bentes Monteiro Filho, Heriberto Marques Batista, Joaquim Ascendino Monteiro Nunes, José da Costa Homem Filho, Josino Cardoso Monteiro, Maria Barbosa de Assumpção, Oscar Ferreira de Araújo e, certamente, muitos outros que, por ora, não me acodem à lembrança.

Infelizmente, não disponho de fotos e dados biográficos suficientes para inseri-los desde logo neste apanhado histórico, que fica, portanto, como um texto totalmente em aberto e pronto para receber permanente atualizado.

Os descendentes (inclusive os que residem em outras cidades, estados ou países) desses ou de outros nomes notáveis ligados à cultura e ao desenvolvimento de Alenquer, me fariam um grande favor – mas, principalmente, um imenso favor à cultura chimanga –, se me enviassem dados e/ou fotos dessas e outras figuras que sem dúvida merecem compor a *Galeria de Vultos Notáveis de Alenquer do Passado* (meu e-mail para qualquer contacto é: [ismaelino@terra.com.br](mailto:ismaelino@terra.com.br)).



---

#### NOTAS:

(1) O autor é alenquerense. Nasceu em 21 de março de 1948. Procurador de Justiça aposentado e advogado. Editorialista do site *Alenqueremos*.

(2) Alguns tópicos, realçados no texto em amarelo [...] ainda dependem de confirmação. Gostaria de contar com a ajuda dos familiares dos respectivos personagens para sanar essas pequenas dúvidas.

(3) CRÉDITOS DAS FOTOS:

a) Do acervo pessoal de Luiz Ismaelino Valente (pela ordem segundo a data do nascimento):

- Francisco Gomes de Amorim (disponível na *Wikipédia*)
- Fulgêncio Firmino Simões (cedida pela direção do Grupo Escolar Fulgêncio Simões em 1973)
- Eloy de Souza Simões (apud *História do Tribunal de Justiça do Pará*, de Raul da Costa Braga, edição de 1963)
- Bellarmino Bentes de Souza (cedida por Antônia Souza em 1973)
- Theodozio Baptista Bentes Valente (álbum da família)
- Alfredo Aníbal Ladislau (apud *Terra Imatura*, edição de 1971, do Conselho Estadual de Cultura, comemorativa dos 50 anos da primeira edição)
- Alcides Gentil (cedida por Alcides Gentil Sobrinho em 2008)
- Veridiana Rodrigues de Oliveira Corrêa (cedida pela direção do Grupo Escolar Fulgêncio Simões em 1973)
- Favilla Gentil (cedida por Pelaio Zênio Gentil em 2007)
- João Tito Alves de Souza (cedida por Doriney Alves de Souza em 2008),
- Janary Gentil Nunes (disponível no site do Estado do Amapá)
- José Rafael Valente (álbum da família)
- Benedicto Wilfredo Monteiro (cedida por Wanda Monteiro em 2008)
- Octávio Proença de Moraes (cedida pela Corregedoria-Geral do MP em 2004)
- Antônio Aldo Arrais (apud *Transamazônicos*, edição de 2005).

b) Do acervo pessoal de Roberto da Cruz Mesquita:

- Amadeu Burlamaqui Simões (cedida por Mauro Burlamaqui em 2008).